

AO EXPEDIENTE DO DIA  
04 de 10 de 16  
PRESIDENTE



ESTADO DA PARAÍBA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA  
GABINETE DO DEPUTADO RANIERY PAULINO



**Requerimento nº 169 /2016.**  
**(Do Deputado Raniery Paulino)**

Senhor **Presidente**,

Requeiro nos termos do art. 90, incisos I e II do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja realizada **Sessão Especial** com o objetivo de **debater o congelamento salarial dos Servidores Públicos do Estado da Paraíba e o impacto causado à sociedade paraibana**, em virtude da edição da Medida Provisória nº 242/2016, convertida na Lei nº 10.660/2016, devendo ser **convocado o Secretário de Estado da Receita e a Secretária de Estado da Administração**, além de entidades interessadas na matéria.

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória nº 252/2016, convertida na lei nº 10.660, em 28 de março de 2016, suspendeu os reajustes das remunerações e subsídios dos servidores ativos, inativos e pensionistas, civis e militares, da administração direta e indireta do Poder Executivo.

Também, suspendeu a revisão nas Gratificações, Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), adicionais, abonos, verbas de representação e valores pagos a título de quinquênios, além das promoções e progressões funcionais para as categorias de servidores civis e militares, sob o argumento de que a crise financeira do país precisa ser enfrentada.

Nesse mesmo diploma legal há ainda a disposição contida no § 3º do art. 1º, estabelecendo que a partir do mês de agosto de 2016, comissão paritária, composta por membros do Governo e das entidades sindicais representativas dos servidores, iria avaliar as transferências de recursos federais e a arrecadação fiscal estadual para exame da possibilidade de normalizar a situação.

Contudo, até o momento o Governo do Estado não se pronunciou sobre o tema e de tal modo faz-se inadiável a realização de Sessão Especial, em face dos argumentos que vem sendo apresentados por várias entidades representativas dos servidores, dentre eles os estudos realizados por professores da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, mostrando que o impacto dos planos de cargos, carreiras e salários dos servidores na folha salarial do Governo do Estado é de no máximo 1%, não gerando a reserva financeira pretendida.

Por conseguinte, o congelamento de salários por tempo indeterminado diante de uma inflação crescente **gera impacto negativo não somente na vida dos servidores públicos e de suas famílias, mas na economia das cidades, no acesso das pessoas a saúde, ao lazer, a educação e cultura. A qualidade de vida das pessoas fica suspensa por força da medida do Governo Estadual.**

Além disso, a ausência de discussão do tema provoca ainda mais crise, desmotiva os servidores públicos e enfraquece ainda mais a eficiência dos serviços prestados a população, já que a insatisfação e o desânimo são evidentes.

Assembleia Legislativa da Paraíba, em 18 de setembro de 2016.

  
**Raniery Paulino**  
**Deputado Estadual**





**SECRETARIA LEGISLATIVA**

**DACPL - Departamento de Acompanhamento e Controle  
do Processo Legislativo**

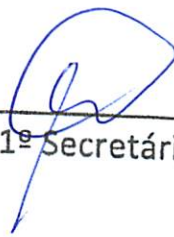
**Divisão de Assessoria ao Plenário**



**CERTIDÃO DE APROVAÇÃO DE REQUERIMENTO**

Certifico para os devidos fins, que o Requerimento nº  
169/2016 foi aprovado em discussão única na Sessão Ordinária do dia  
18 / 10 / 2016.

Plenário José Mariz, 18 / 10 / de 2016.

  
\_\_\_\_\_  
1º Secretário